

PIB e Desemprego no Brasil

*Ricardo de Menezes Barboza**

Após crescer 4,5% a.a., em média, entre 2004-2010, a economia brasileira desacelerou, passando a crescer a um ritmo de apenas 1,9% a.a. no biênio 2011-2012. O que chama atenção, no entanto, é que, a despeito de tal desaceleração, o mercado de trabalho prosseguiu apresentando queda contínua na taxa de desemprego.

Sob a ótica da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), que cobre as seis maiores regiões metropolitanas do país, a taxa de desemprego reduziu-se de 6,7% para 6,0% entre 2010 e 2011, tendo caído para um patamar ainda menor em 2012, de apenas 5,5%. Sob a ótica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o cenário róseo também se verifica, com taxas de desemprego de 9,1%, 7,3% e 6,7%, respectivamente, em 2009, 2011 e 2012. Não houve PNAD em 2010, ano de Censo Demográfico.

O que poderia explicar este descasamento entre os mercados de produto e de trabalho no Brasil? Para responder, vamos analisar separadamente os dados da PNAD e da PME.

Começando pela PNAD, a queda da taxa de desemprego se deve, em grande parte, à redução da taxa de participação. A taxa de participação diz respeito à razão entre a População Economicamente Ativa (PEA), que corresponde a pessoas com 15 ou mais anos de idade, empregadas ou procurando emprego, e a População em Idade Ativa (PIA), que compreende toda a população com idade igual ou superior a 15 anos.

Quando a taxa de participação diminui, a taxa de desemprego também diminui (tudo o mais constante). Esta afirmação é, de certo modo, intuitiva, pois com menos pessoas se dirigindo ao mercado de trabalho à procura de um emprego, menor tende a ser a taxa de desemprego. Com isso, o que os dados da PNAD revelam é que a taxa de participação diminuiu na economia brasileira de 59,5% em 2009 para 57,5% em 2012.

Caso a taxa de participação tivesse permanecido estável, isto é, na média dos anos 2004-2009, a taxa de desemprego nacional estaria mais perto de 10% em 2011 e 2012, e não nos pouco mais de 6% efetivamente observados. Ou seja, quando controlamos para as mudanças da taxa de participação, quase que desaparece a discrepância entre os mercados de produto e de trabalho no Brasil. Mas, vale frisar, isto apenas na PNAD!

No caso da PME, a taxa de participação não se reduziu entre 2010 e 2012, mas sim se elevou. Assim, o que explicaria o descolamento entre esta taxa de desemprego e o PIB?

Uma hipótese frequentemente considerada tende a associá-lo a uma suposta mudança na composição setorial do emprego. Setores que empregam mais trabalhadores por unidade de PIB como, por exemplo, serviços, teriam ganhado espaço em detrimento de outros, menos intensivos em trabalho, como a indústria, o que teria permitido manter enérgico o mercado de trabalho, não obstante o desempenho anêmico da economia como um todo.

Todavia, esta hipótese não encontra respaldo muito claro nos dados da PME. A participação do setor de serviços na população ocupada aumentou de 59,2% para 59,3%

entre 2010 e 2012, mudança quase inexpressiva. Para os demais setores, as mudanças também foram muito pequenas, de, no máximo, poucas casas decimais. Portanto, não parece ter sido a mudança na composição setorial do emprego a responsável pela discrepância entre os mercados de produto e de trabalho no Brasil.

Outra possibilidade explicativa diz respeito à denominada retenção de trabalho, que teria acontecido particularmente no setor industrial. A retenção de trabalho ocorre quando o custo de despedir trabalhadores qualificados e treinados, tendo que depois recontratar na fase da recuperação, é maior do que o custo de mantê-los com uma utilização abaixo da ótima na fase de recessão. Sua ocorrência faz os mercados de produto e de trabalho se descolarem, pois, na baixa cíclica, trabalhadores deixam de ser demitidos, impedindo, com isso, que a piora do mercado de produto se transmita para o mercado de trabalho.

Algumas evidências aparentemente corroboram a hipótese de retenção. De um lado, o número de horas trabalhadas por empregado na indústria (construído a partir das séries da CNI de número de horas trabalhadas e de pessoal ocupado na indústria) tem apresentado queda desde 2011. De outro, a rotatividade do emprego não tem aumentado: a parcela de trabalhadores que está há menos de um ano no trabalho atual passou de 21% em 2010 para 20% em 2012, segundo dados da PME.

Vale sublinhar, contudo, que tese de retenção apenas pode explicar parte da história, qual seja, porque a taxa de desemprego não se elevou no período em questão. Resta o desafio de compreender por que a taxa de desemprego continuou em queda.

Direcionamos, então, a análise para as trajetórias da demanda e da oferta de trabalho, tomadas aqui, informalmente, pela população ocupada e pela PEA, respectivamente. Nesse sentido, verificamos que o mercado de trabalho desacelerou sim a partir de 2011 (a rigor, a partir do segundo semestre de 2010). O ritmo de crescimento da população ocupada diminuiu, mas ainda se manteve acima da taxa de aumento da oferta de trabalho. Ou seja, a desaceleração do mercado de trabalho não foi suficiente para fazer subir a taxa de desemprego, que permaneceu em queda, mas em velocidade menor.

Tão logo a população ocupada passe a crescer menos do que a PEA, o cenário do mercado de trabalho reverterá e a taxa de desemprego começará a se elevar.

Por fim, uma questão que fica, e que merece ser melhor explorada, é sobre a diferença de fotografias existentes entre a PNAD e a PME. Embora as diferenças metodológicas condicionem a comparação entre os resultados por elas produzidos, este é um ponto crucial, com implicações sobre assuntos-chave da economia, como o produto potencial.

De qualquer forma, interpretar a economia brasileira não é uma tarefa das mais triviais.

***Ricardo de Menezes Barboza é economista do BNDES e do Grupo de Conjuntura Econômica do IE/Coppead-UFRJ. Professor de Macroeconomia da Coppead. Este artigo não reflete necessariamente a posição do BNDES.**

Artigo publicado no Valor Econômico de 16/01/2014.